

O MST e as reformas agrárias do Brasil

Bernardo Mançano Fernandes

* Universidade Estadual Paulista (UNESP). Coordenador do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural da CLACSO.

Resumo

O trabalho estuda a evolução do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da reforma agrária no Brasil. Argumenta também que o governo não quer uma reforma agrária que limite o agronegócio e por isso privilegia a legalização da colonização de terras na Amazônia. Expõe finalmente que o agronegócio e as ocupações camponesas avançam simultaneamente nessa região o que isso deixa prever uma dura disputa territorial no momento em que a fronteira agrícola chegue ao seu limite.

Abstract

This work studies the evolution of the Movement of Rural Workers without Land (MST) and the agrarian reform in Brazil. In addition, it sustains that the government does not want an agrarian reform which affects the agribusiness and therefore it privileges the legalizing of the occupation of Amazon lands. Finally it shows that agribusiness and rural community occupations advance simultaneously in the region, which, it sustains, makes it possible to forecast a strong territorial dispute as the expansion of agricultural frontier begins to reach its limit.

Palavras-chave

Camponeses, movimentos camponeses, MST, território, reforma agrária, agronegócio, fronteira agrícola.

Keywords

Rural community, rural movements, MST, territory, agrarian reform, agribusiness, agricultural frontier.

Introdução

Nosso objetivo neste artigo é uma breve reflexão a respeito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e das mudanças recentes que ocorreram nas políticas da reforma agrária brasileira. A reforma agrária é uma política territorial que serve para minimizar a questão agrária. Para este estudo, tomamos como referência a definição de questão agrária compreendida como um problema estrutural do capitalismo (Fernandes, 2001), sendo parte de sua própria lógica de desenvolvimento, gerando processos de diferenciações e desigualdades, expulsões e expropriações, excluindo ou subalternizando, destruindo e recriando o campesinato. Por essa razão, as relações entre campesinato e capital são de conflitualidades permanentes e explicitadas, de um lado, pela subalternidade do campesinato ao capital e pelo poder que o capital tem, de acordo com os seus interesses, de destruir e recriar o campesinato e, de outro lado, pela resistência do campesinato em determinar sua própria recriação por meio das ocupações de terra (Fernandes, 2008a).

No centro dessas conflitualidades há a disputa territorial que se manifesta no controle do processo de criação e destruição do campesinato. A questão agrária é então uma questão territorial e a reforma agrária é a face dessa dimensão. As conflitualidades expressam os embates dos processos estruturais e suas características conjunturais. Nas últimas quatro décadas, a questão agrária teve diferentes conjunturas. Na década de 1970, a intensificação da expansão das monoculturas e a ampliação da agroindústria, acompanhada da quase extinção dos movimentos camponeses pela repressão da ditadura militar, marcou uma das maiores crises da resistência do campesinato. Com a redemocratização do país na década de 1980, ocorreu a consolidação do modelo agroexportador e agroindustrial simultaneamente ao processo de territorialização da luta pela terra, com o aumento das ocupações de terras e da luta pela reforma agrária.

Na década de 1990, ocorreu a multiplicação dos movimentos camponeses em luta pela terra, ampliando a conflitualidade e

a criação de assentamentos rurais, tendo o MST à frente desse processo, como demonstraremos neste artigo. Nesta década, corporações nacionais e transnacionais ampliam o modelo agroexportador em um amplo conjunto de sistemas que passou a ser denominado de agronegócio. Esse conjunto reúne, de formas diferenciadas, os sistemas agrícolas, pecuário, industrial, mercantil, financeiro, tecnológico, científico e ideológico.

Na primeira década do século XXI, essas mudanças conjunturais da questão agrária geraram diferentes conflitualidades. Os movimentos camponeses passaram a se confrontar cada vez mais com corporações transnacionais e cada vez menos com latifúndios. Esta confrontação está associada ao processo de globalização da questão agrária com a territorialização das corporações transnacionais para vários países e da criação de uma organização mundial de movimentos camponeses, a Via Campesina. A crise alimentar demonstrou o mito de que o agronegócio seria o grande produtor de alimentos, destacando a participação do campesinato e a necessidade de políticas de soberania alimentar. O aumento do preço do petróleo e a ampliação da produção de agrocombustíveis transformaram o campo em território para a produção de agroenergia e de alimentos. O MST e mais de noventa outros movimentos camponeses brasileiros estão no centro destas conflitualidades da atual questão agrária. Nesta conjuntura, as políticas de reforma agrária também se modificaram. Analisamos essas mudanças a partir desta nova conjuntura agrária que dá atualidade à questão agrária e ao MST.

O MST e as mudanças na conjuntura da questão agrária

Oficialmente, o MST tem 24 anos porque o Movimento definiu o seu primeiro encontro realizado em janeiro de 1984, na cidade de Cascaval, estado do Paraná, como a data de sua fundação. Todavia, ao considerarmos o seu período de gestação (a “pré-história” do MST) a partir das primeiras lutas e das primeiras reuniões que aconteceram nos anos 1978 a 1983, o MST está completando 30 anos em 2008 (Fernandes, 2000). Nestas três décadas de existência o MST conviveu com diferentes conjunturas da questão agrária. Essas mudanças trouxeram novos desafios e um deles está no próprio nome. Quando foi fundado, o MST se denominou Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (Stédile e Fernandes, 1999). Todavia, a expressão “trabalhadores rurais” não sobreviveu na própria sigla, que desde o final da década de 1980 passou a ser MST. Desde meados da década de 1990 (especialmente por causa da fundação da Via Campesina), a expressão “camponês” aparece cada vez mais nas falas e nos documentos do MST. Se a expressão camponês era estranha na época de sua fundação, hoje é comum em acampamentos e assentamentos, em

«A crise alimentar demonstrou o mito de que o agronegócio seria o grande produtor de alimentos, destacando a participação do campesinato e a necessidade de políticas de soberania alimentar»

reuniões e outros espaços e territórios onde o Movimento se manifesta. Exemplos podem ser encontrados nas matérias publicadas no Jornal do MST ou em seu sítio <www.mst.org.br>.

Esta definição fortaleceu a identidade do MST como movimento camponês. E esse fortalecimento acentuou a questão territorial da luta. Um movimento camponês não existe sem os territórios do campesinato. Por essa razão, um movimento camponês

também é um movimento socioterritorial (Fernandes, 2005). É da terra e de todos os bens produzidos desde a terra que o campesinato promove a sua existência. Portanto, o território é elemento fundante neste artigo para compreender o MST e a reforma agrária hoje. Evidente que o território é condição essencial para todos os tipos de organização. Por essa razão, o MST vai disputar terri-

tórios com seu principal oponente: o agronegócio. Essa disputa é uma das principais marcas da questão agrária desde o passado até a atualidade e foi ampliada e intensificada pela modernização e mundialização da produção agrícola. Contraditoriamente, esta nova realidade liberta a reforma agrária da simples compreensão distribucionista e amplia seu conteúdo para uma luta ampla, multidimensional e complexa. Lutar pela reforma agrária significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato.

Esta compreensão de reforma agrária como território o MST traz desde sua fundação. Por essa razão, o MST é um movimento camponês moderno (Oliveira, 2005). Uma das características dos modernos movimentos camponeses é o rompimento com as relações de dependências com partidos, governos e outras instituições, como já foi muito bem argumentado pelos sociólogos que estudaram os “novos movimentos sociais”. O MST desde sua fundação manteve autono-

mia nas relações com as instituições que contribuíram para a sua formação, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), para citar somente as três mais expressivas. Todavia, é fundamental lembrar que o MST também contribuiu com a formação dessas instituições. Essa relação de contrapartida nas formações dessas instituições pode ser melhor compreendida na construção de políticas para a transformação das realidades do país, cujos avanços são limitados pela correlação desproporcional de forças.

Outra característica da modernidade do MST é saber acompanhar as mudanças das conjunturas políticas. Aliás, esta é uma prática de destaque nos principais espaços políticos do MST, que tem grande relevância para a defesa de sua resistência contra o capital. A participação do MST na Via Campesina muito contribuiu com essa compreensão. A maior e melhor compreensão das realidades é possível quando se acompanha as lutas de movimentos camponeses de vários países do mundo. O inimigo comum dos movimentos camponeses em todo o mundo chama-se agronegócio. Ser um movimento camponês na América Latina significa lutar pela reforma agrária e contra o agronegócio. Os países da América Latina possuem as concentrações fundiárias mais altas do mundo e seus territórios são intensamente controlados pelas corporações multinacionais (Fernandes, 2006). As políticas de reforma agrária no Brasil, na Bolívia e no Paraguai, por exemplo, têm um forte obstáculo: o agronegócio. Este complexo de sistemas das corporações multinacionais está desafiando os movimentos camponeses no impedimento da reforma agrária, ora pressionando os governos, ora fazendo parte do arco de alianças de apoio aos governos de direita, centro e esquerda na América Latina.

O MST, os governos FHC e Lula e as políticas de reforma agrária

A eleição da primeira gestão do governo Lula (2003-2006) teve o apoio do MST. Havia a perspectiva de um governo ofensivo na implantação da reforma agrária, considerando que esta era uma promessa de Lula. Em 2003, membros do MST participaram, junto com um grupo de especialistas coordenado por Plínio de Arruda Sampaio, da elaboração do segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). O primeiro PNRA foi elaborado em 1985 (governo Sarney) sob a coordenação de José Gomes da Silva (1987; 1989). Os projetos coordenados por estes dois históricos defensores da reforma agrária nunca foram implantados. Na década de 1980, a principal oposição à realização do I PNRA partiu dos ruralistas, principalmente com a criação da União Democrática Ruralista (UDR). Neste princípio do século XXI, a reforma agrária encontra como principal opositor o agronegócio, que defende o acesso à terra sob o seu

controle, ou seja, “sem luta de classe e sem conflitos” (Bruno, 2008). A reforma agrária de mercado, em todas as denominações que esta política recebeu, representa uma forma de controle territorial por meio da *comoditização* (Pereira, 2004), ou seja, a mercantilização da terra, retirando a reforma agrária do território da política e transferindo-a para o território da economia capitalista (Ramos Filho, 2008).

As diferenças e semelhanças entre ruralistas e agronegócio podem ser melhor compreendidas pelas relações que estes mantêm. Os ruralistas da década de 1980, em parte, integraram-se ao agronegócio por meio da produção ou pelo arrendamento da terra para as corporações. Os ruralistas, em grande parte, são formados por pecuaristas, produtores de soja e de cana de açúcar. Grandes latifundiários encontraram no modelo do agronegócio uma forma de utilizar suas terras para a expansão da soja e da cana, arrendando ou produzindo. O latifúndio controla grande parte das terras agricultáveis e por sua própria natureza as mantém improdutivas. O agronegócio avança sobre essas terras, por meio de sua lógica de produtividade de monoculturas em grande escala. As mudanças no uso do solo de pecuária para soja ou cana tornaram-se uma marca do processo em que improdutividade e produtividade se unem como barreiras às políticas de reforma agrária.

Essa nova conjuntura redefine as correlações de forças e impede a realização de uma reforma agrária que atinja o território do agronegócio. A reforma agrária será feita, principalmente pela incorporação de terras públicas na Amazônia. Essa conjuntura traz um novo desafio para os movimentos camponeses, como analisaremos a seguir.

Os governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula foram os que mais criaram assentamentos ao consideramos os governos do processo de redemocratização do Brasil. Em torno de 80 por cento das realizações em números de assentamentos, famílias e área ocorreram nos períodos destes governos, como pode ser observado nas tabelas 1 e 2. Estas duas tabelas são esclarecedoras para a compreensão de que a reforma agrária só acontece com a organização dos movimentos camponeses, por meio da ocupação de terras. Observe-se a relação entre o número de ocupações e de assentamentos. A política de reforma agrária não é somente uma ação do Estado. É antes uma ação dos movimentos camponeses. Sem luta pela terra não há reforma agrária.

A luta pela terra, por meio das ocupações, cresceu mais intensamente a partir da primeira gestão do governo FHC. As duas gestões deste governo são marcadas por diferentes políticas de reforma agrária. Na primeira gestão, o governo FHC apostou que eliminaria a questão agrária com a realização de uma ampla política de assentamentos. Foi o período

em que mais se assentou famílias. Todavia, a questão agrária se manteve, exatamente por causa de seu caráter estrutural, como afirmamos na introdução deste artigo. Fracassada a teoria do governo FHC, ele iniciou uma estratégia completamente oposta. Investiu na criminalização das ocupações de terra, criando medidas provisórias para não assentar famílias ocupantes de terra e não desapropriar terras ocupadas. Estas medidas políticas atingiram parcialmente as ações dos movimentos camponeses, como pode ser observado na diminuição do número de famílias ocupantes na segunda gestão do governo FHC. Como as ocupações determinam a criação de assentamentos, a diminuição do número de famílias ocupantes representou a diminuição do número de famílias assentadas.

Tabela 1
Brasil. Ocupações de terra 1985-2006

Governo	Ocupações	%	Famílias	%
Sarney (1985-1989)	229	3	34.333	3
Collor/Itamar (1990-1994)	507	7	82.600	8
FHC (1995-1998)	1.987	28	301.908	29
FHC (1999-2002)	1.991	28	290.578	28
Lula (2003-2006)	2.387	34	343.958	33
Total	7.101	100	1.053.377	100

Fonte: DATALUTA (2008).

Tabela 2
Brasil. Reforma agrária 1985-2006

Governo	Assentamentos	%	Famílias	%	Hectares	%
Sarney (1985-1989)	800	11	122.598	16	8.248.899	17
Collor/Itamar (1990-1994)	461	7	61.825	8	4.485.953	9
FHC (1995-1998)	2.211	31	240.819	31	10.706.365	22
FHC (1999-2002)	1.712	24	149.140	19	7.296.429	15
Lula (2003-2006)	1.879	27	192.257	25	17.092.624	36
Total	7.063	100	766.639	100	47.830.270	100

Fonte: DATALUTA (2008).

O período do governo Sarney é o único em que o número de famílias em ocupações é menor que os números de famílias assentadas. Na época, acreditava-se que o governo faria a reforma agrária. A decepção do governo Sarney, que realizou menos de 10 por cento das metas do I PNRA, fez com que os movimentos camponeses se tornassem protagonistas prin-

Uma das características dos movimentos camponeses é o rompimento com as relações de dependências com partidos, governos e outras instituições, como foi argumentado pelos sociólogos

cipais das políticas de reforma agrária nos governos seguintes. A primeira gestão do governo Lula começou com uma grande esperança pela realização da reforma agrária. Os movimentos camponeses realizaram o maior número de ocupações de terras e de família da história da luta pela terra no Brasil. Ao contrário da segunda gestão do governo FHC, que criminalizou as ocupações, o governo Lula sempre dialogou com os movimentos camponeses. Esta tem sido uma caracte-

terística marcante deste governo. Contudo, também criou uma nova política agrária que, paradoxalmente, fez avançar e refluir a luta pela terra e a reforma agrária.

O agronegócio é uma das forças do arco de alianças que apóia o governo Lula. O presidente Lula tem feito claras declarações de admiração pelo agronegócio. Como afirmamos na primeira parte deste artigo, o

agronegócio está se apropriando das terras dos latifúndios e quer manter um estoque de terras para o futuro próximo, principalmente para a expansão da cana de açúcar para produção de agroenergia.

De forma velada, o governo Lula não desapropria terras nas regiões de interesses das corporações para garantir o apoio político do agronegócio. Mesmo em regiões de terras declaradamente griladas, ou seja terras públicas sob o domínio dos latifundiários e do agronegócio, o governo não tem atuado intensamente no sentido de desapropriar as terras. Somente as ocupações e o acirramento dos conflitos é que podem pressionar o governo a negociar com o agronegócio para cessão da fração do território em conflito. Mas, ao mesmo tempo em que ocorre esta lentidão, o presidente precisa dar uma resposta objetiva aos camponeses sem-terra. Esta postura resultou numa reforma agrária paradoxal. Aproveitando-se do acúmulo das experiências de implantação de assentamentos, o governo Lula investiu muito mais na regularização fundiária de terras de camponeses na Ama-

zônia do que na desapropriação de novas terras para a criação de novos assentamentos de reforma agrária.

A opção política do governo Lula de não fazer a reforma agrária por meio da desapropriação, e sim, principalmente, por meio da regularização fundiária, gerou um problema para os movimentos camponeses que mais atuam nas ocupações de terra –no caso, para o MST, responsável por 63 por cento das famílias em ocupações no período de 2000 a 2007. Neste período, 583 mil famílias ocuparam terras no Brasil. Destas, 373 mil estavam organizadas no MST. Em 2007, em torno de 70 mil famílias ocuparam terras, sendo que 45 mil estavam organizadas no MST (DATALUTA, 2008). A junção de políticas do governo Lula atingiu o MST. A predominância da criação de assentamentos por meio da regularização fundiária fez com que o tempo de acampamento das famílias aumentasse consideravelmente. Sem conquistas, muitas famílias abandonam os acampamentos, o que diminui a pressão contra o governo. A política compensatória do Bolsa Família –um auxílio financeiro mensal irrisório– também tem diminuído o poder de pressão dos movimentos organizados. Embora haja pesquisas em desenvolvimento sobre esta questão, ainda não temos resultados numéricos. Fazemos esta afirmação a partir do trabalho de campo em conversas com lideranças camponesas. Outras leituras desse processo podem ser vistas no artigo de Osvaldo Russo –ex-presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) <www.correiocidadania.com.br/content/view/1136/47>. Ou em matéria publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo* em 27 de abril de 2008, na página A10. Ou ainda em matéria publicada pelo jornal *Folha de São Paulo* em 4 de novembro de 2007, página 4.

O refinanciamento de dívidas do agronegócio e o aumento de novos créditos de investimentos e custeio têm possibilitado ao agronegócio a territorialização sobre as terras da Amazônia, desmatando áreas recordes nos estados de Mato Grosso, Rondônia e Pará. No Centro-Sul, as corporações compram extensas áreas para expansão da cana e do eucalipto. Estas políticas diminuíram o poder de pressão dos movimentos camponeses e intensificaram a dinâmica do agronegócio. Este também atua em Roraima, na fronteira com a Venezuela, colocando em risco a manutenção dos territórios indígenas. Esta conjuntura nos desafia a repensar o conceito de território. A simplificação desse conceito como apenas o espaço geográfico de uma nação não é suficiente para compreender as conflitualidades entre os movimentos camponeses e indígenas da América Latina. É preciso compreender os diferentes tipos de territórios em disputa que compõem o território nacional (Fernandes, 2008b).

O MST e a diversidade de movimentos e de assentamentos

Para melhor compreender o paradoxo da reforma agrária no Brasil hoje é preciso analisar a diversidade de movimentos camponeses e de territórios camponeses que se formaram nos últimos anos. Mesmo que o MST esteja enfraquecido pelas políticas do governo Lula, há avanços importantes e desafios a superar. O MST e os movimentos que compõem a Via Campesina Brasil estão enfraquecidos, porque na correlação de forças não conseguiram ocupar espaços políticos importantes e fazer com que o governo Lula aplicasse uma política agrária que atendesse os interesses do campesinato. Um exemplo é a não execução de uma política de reforma agrária ofensiva que intensificasse o processo de territorialização dos movimentos camponeses, com a criação de mais assentamentos por desapropriação do que por regularização fundiária. Os avanços estão na expansão do território camponês e nas experiências dos setores de educação e produção. Mas ainda precisam superar muitos desafios para aumentar a participação do campesinato nessas políticas. O MST é o movimento camponês mais atuante na luta pela terra no Brasil. Nessas três décadas de existência do Movimento, dezenas de outros movimentos surgiram. Em 2008, o número de movimentos camponeses na luta pela terra era noventa e três (Massaretto, 2008). O crescimento do número de movimentos intensifica a disputa territorial que tem à frente o MST, que é responsável por 63 por cento das famílias que lutaram por terra nos últimos sete anos.

No Brasil, a fronteira agrícola ainda está aberta, de modo que agronegócio e camponeses se territorializam sobre o espaço geográfico da Amazônia. Essa condição possibilita o aumento dos territórios do campesinato e do agronegócio. Este é um elemento paradoxal da reforma agrária no Brasil. A reforma agrária é compreendida pelas mudanças na estrutura fundiária de um país. No caso do Brasil, essa mudança está ocorrendo, mas a desconcentração fundiária não. O Brasil amplia o território agrícola e a concentração de terras. É fácil compreender essa contradição quando analisamos os dados da estrutura fundiária brasileira e percebemos que tanto o agronegócio quanto o campesinato ampliaram seus territórios nos últimos quinze anos (Fernandes, 2008a).

No governo Lula, a ampliação do território camponês ocorreu pela apropriação das terras públicas por meio da regularização fundiária, bem como pela compra de terras por meio de políticas de créditos fundiários. Por ampliação do território camponês estamos nos referindo ao aumento do número de unidades camponesas e pelo reconhecimento oficial de posses, quando o INCRA incorpora em seu cadastro os números de famílias e as respectivas áreas ocupadas, registrando-os como resultados da reforma agrária. Esta nova política aumentou os tipos de assenta-

mentos. Segundo os estudos de Coca (2008) e Rocha (2008), entre os assentamentos criados predominam os agroflorestais em detrimento dos agropecuários como tendência crescente desde a primeira gestão do atual governo. Nos estudos desses dois pesquisadores estão registrados dezoito tipos de assentamentos de reforma agrária e sete tipos de assentamentos de reforma agrária de mercado. Esta diversidade é resultado da criação de novos tipos de assentamentos, que ultrapassam o clássico modelo agropecuário e também respondem a diferenças regionais. Os movimentos camponeses e, especialmente, o MST, têm se utilizado dessa diversidade para avançar na luta pela reforma agrária em áreas próximas às regiões metropolitanas. Modelos de assentamentos agroflorestais criados para a Amazônia são implantados próximos à região metropolitana de São Paulo (Golffbartt, 2007). Ao mesmo tempo, também aumentam os números de assentamentos de reforma agrária de mercado, principalmente nas regiões Nordeste e Centro-Sul (Coca, 2008; Rocha, 2008).

Conclusão

O aumento dos territórios do campesinato e do agronegócio aponta para uma acirrada disputa territorial no futuro próximo com o começo do fechamento da fronteira agrícola brasileira. Esta condição vai acabar com o atual paradoxo da reforma agrária e intensificar os conflitos. Outro elemento da disputa territorial que já está se formando é o uso das terras para a produção de agroenergia. As atuais políticas que buscam resolver o problema do petróleo estão acirrando a disputa territorial pelo tipo de uso da terra. De um lado, o agronegócio intensifica a produção de agroenergia e de *commodities* para indústrias de alimentos. De outro lado, a Via Campesina defende o aumento do uso das terras para a produção de alimentos. O paradoxo volta ser contradição como elemento estrutural da questão agrária.

Bibliografia

- Bruno, Regina 2008 "Agronegócio e novos modos de conflituosidade" em Fernandes, Bernardo Mançano (coord.) *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual* (Buenos Aires: CLACSO) no prelo.
- Coca, Estevan Leopoldo de Freitas 2008 *Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil: compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira. Estudo dos assentamentos das regiões Norte e Nordeste* (Presidente Prudente: NERA).

- DATALUTA-Banco de Dados da Luta pela Terra 2008 "Núcleo de estudos, pesquisas e projetos de reforma agrária" em <www.fct.unesp.br/nera>.
- Fernandes, Bernardo Mançano 2000 *A formação do MST no Brasil* (Petrópolis: Vozes).
- Fernandes, Bernardo Mançano 2001 *Questão agrária, pesquisa e MST* (São Paulo: Cortez).
- Fernandes, Bernardo Mançano 2005 "Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais" em *OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) Vol. 16, enero-abril.
- Fernandes, Bernardo Mançano 2006 "Questão agrária" em Sader, Emir e Jinkings, Ivana (coords.) *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe* (São Paulo: Boitempo) Vol. 1.
- Fernandes, Bernardo Mançano 2008a "Entrando nos territórios do Território" em Paulino, Eliane Tomiasi e Fabrini, João Edmilson (coords.) *Campesinato e territórios em disputa* (São Paulo: Expressão Popular).
- Fernandes, Bernardo Mançano 2008b "Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial" em Buainain, Antonio (coord.) *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil* (Campinas: UNICAMP).
- Golfbartt, Yamila 2007 "A luta pela terra entre o campo e a cidade: as Comunas da Terra do MST, sua gestação, principais atores de desafios", Dissertação de mestrado, São Paulo.
- Massaretto, Nívea 2008 *DATALUTA-Banco de Dados da Luta pela Terra: organização do cadastro de movimentos socioterritoriais* (Presidente Prudente: NERA).
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino 2005 "O MST como movimento socioterritorial moderno" em *Revista USP* (São Paulo: USP) Nº 64.
- Pereira, João Márcio Mendes 2004 "O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados", Dissertação de mestrado, CPDA-UFRRJ, Rio de Janeiro.
- Ramos Filho, Eraldo da Silva 2008 "De pobre e sem-terra a pobre com-terra e sem-sossego: territorialização e territorialidades da reforma

agrária de mercado (1998-2006)" em Fernandes, Bernardo Mançano; Medeiros, Leonilde e Paulilo, Maria (coords.) *Lutas camponesas contemporâneas: condições dilemas e conquistas* (São Paulo: UNESP) no prelo.

Rocha, Herivelto Fernandes 2008 *Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil: compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira. Estudo dos assentamentos da região Centro-Sul* (Presidente Prudente: NERA).

Silva, José Gomes da 1987 *Caindo por terra: crises da reforma agrária na Nova República* (São Paulo: Busca Vida).

Silva, José Gomes da 1989 *Buraco negro: a reforma agrária na constituinte* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).

Stédile, João Pedro e Fernandes, Bernardo Mançano 1999 *Brava gente* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo).